

UDT - UNIAO DEMOCRATICA TIMORENSE COMUNICADO

Na qualidade de Delegado da UDT, em Portugal, até 1978, e, posteriormente, na de Presidente da Comissão Política da UDT e, cumulativamente, do GATIMOR (Gabinete dos Assuntos de Timor), assumi posições políticas em defesa dos interesses do povo timorense mas sem descuidar, ao mesmo tempo, de preservar e vencer a missão histórica e colonizadora de Portugal, apesar dos erros, que não constitui vergonha reconhecer, mas que uns tantos por objectivos políticos pessoais e transitórios procuraram avolumar.

Concedendo a todos os adversários da UDT o benefício da dúvida, tive a coragem suficiente para arcar com o ônus político de ser acusado de fascista, por querer ser realista colonialista, por haver salientado o papel histórico de Portugal na moldagem da alma timorense, e de integracionista, por ter respeitado, nas palavras e nos actos, a imagem do povo indonésio e dos seus dirigentes, sem ceder um milímetro na defesa do essencial. Isto, porém, não impediu que a minha família de sangue, em Timor, e de filiação política fossem atacadas de variadíssimas formas, embora todos acabassem por regressar à defesa dos mesmos argumentos pelos quais precisamente era acusado.

Por isso, considerando chegada a hora da verdade, porque está definitivamente ultrapassado o período de concessão do benefício da dúvida, na qualidade de Presidente da Comissão Política da UDT e do GATIMOR, deixo tornar público o seguinte.

1 - Timor é um território sob administração portuguesa e, portanto, só nesse quadro todos os desenvolvimentos e intervenções se devem desenvolver. Nesse sentido, a UDT não poderá ser conotada com um qualquer Movimento de Libertação, pois deve assumir-se tão simplesmente como uma força política nacional de um território, "de jure" sob administração portuguesa.

2 - Os timorenses, residentes em Portugal, deverão ser tratados como verdadeiros refugiados nacionais, com a recusa de quaisquer outras designações que, além de não corresponderem à realidade jurídica e factual da sua situação, têm sido empregadas com intuítos falsamente paternalistas, mas também com a intenção de encobrir a essência das coisas.

3 - Devem ser rejeitadas todas as tentativas feitas no sentido de desviar, de novo, as atenções para questões laterais, como as mútuas acusações feitas entre indivíduos que foram igualmente responsáveis num processo que custou demasiadamente caro ao povo timorense. Na qualidade de Presidente da Comissão Política da UDT, reservo-me o direito de intervir, se necessário e se o bom senso não prevalecer, para apontar os verdadeiros responsáveis, indonésios, em primeiro lugar, mas também, infelizmente, timorenses e portugueses os houve, uns por quererem a terra e também a lua, ao mesmo tempo, e outros por inércia ou omissão das suas responsabilidades.

4 - Apelo às entidades públicas para que não queiram aproveitar-se da tendência de alguns falsos timorenses, e até da fragueza de outros poucos, que se apresentam vestidos de peles de cordeiro para fazerem acusações infundadas contra aqueles verdadeiros timorenses que, desde a primeira hora e arcando com enormes responsabilidades sem quaisquer compensações de ordem financeira ou mesmo moral, senão apenas no sentido de que estavam a cumprir uma missão irrecusável, têm lutado pela defesa realista dos interesses fundamentais do povo timorense, em geral, e dos Refugiados timorenses, em Portugal, em particular.

13 de Fevereiro de 1989

O Presidente da Comissão Política da UDT